

Capítulo 14

LÍNGUA INGLESA, GLOBALIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

André Luiz Mendes Athayde

1. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Montes Claros, Minas Gerais, Brasil.

RESUMO

O presente ensaio teórico reflete sobre o papel da Língua Inglesa nas políticas públicas de internacionalização do ensino superior no Brasil, partindo-se do pressuposto de que, na era da globalização, a referida língua é fundamental para o sucesso de programas de mobilidade acadêmica do governo federal como o “Ciência sem Fronteiras” no tocante ao cumprimento de seus objetivos. A fim de discutir as inter-relações existentes entre o Inglês, a globalização e a internacionalização do ensino superior no Brasil, o estudo buscou descrever a expansão da Língua Inglesa no mundo globalizado, ressaltar os pontos positivos e negativos do Programa “Ciência sem Fronteiras” – referência em modalidade acadêmica internacional no Brasil -, conhecer o papel da Língua Inglesa nas iniciativas de internacionalização e compreender a sua aceitação no mundo.

Palavras-chave: Inglês, Globalização, Internacionalização e Ensino Superior.

ABSTRACT

This theoretical essay reflects on the role of the English language in public policies for the internationalization of higher education in Brazil, assuming that, in the era of globalization, this language is fundamental for the success of higher education programs the federal government's academic mobility as "Science without Borders" regarding the fulfillment of its objectives. In order to discuss the interrelations between English, globalization and internationalization of higher education in Brazil, the study sought to describe the expansion of the English language in the globalized world, highlight the positive and negative points of the Program " Science without Borders" - a reference in an international academic modality in Brazil - to know the role of the English language in internationalization initiatives and to understand its acceptance in the world.

Keywords: English, Globalization, Internationalization and Higher Education.

1. INTRODUÇÃO

A globalização é um dos fatores que contribui para o surgimento da sociedade da informação e da economia do conhecimento (LEVY, 1999; VARGHESE, 2013), contribui para o processo de internacionalização do ensino superior (SHIN; TEICHLER, 2014) e pode ser conceituada como o processo de integrar dimensões internacionais, interculturais ou globais na missão, função ou proposta de uma instituição (YONEZAWA, 2013). Nesse contexto, as universidades passaram a ter valor significativo pelo seu capital intelectual, que passou a ser encarado como um importante produto de importação e exportação na economia do conhecimento. São notáveis as iniciativas do governo brasileiro em investir na internacionalização das universidades, estímulos esses que podem ser considerados reflexos do processo de globalização (ATHAYDE; BARBOSA, 2019).

Após a Segunda Guerra Mundial, um dos efeitos percebidos da globalização na educação superior foi a transformação desta em termos de um caráter elitizado para um caráter massificado e diversificado, isto é, marcado pelo maior acesso das pessoas às universidades. Outro efeito – e não menos importante – diz respeito à maior internacionalização da educação superior, facilitada pelo compartilhamento mais intenso de informação por meio de novas tecnologias, compartilhamento esse realizado principalmente em Inglês no caso de publicações científicas. A globalização, entendida como a interdependência social e econômica entre pessoas e países, afeta o desenvolvimento da educação, desfazendo as barreiras geográficas e linguísticas bem como reforça a necessidade de um país elevar o seu nível educacional como uma vantagem competitiva e sobrevivência (FINARDI; ORTIZ, 2014).

Nesse processo, a Língua Inglesa - considerada como a “Língua Universal” - precisa ser dominada por docentes e discentes para que o processo de internacionalização das universidades seja bem sucedido (ATHAYDE; BARBOSA, 2019). A necessidade de investir no ensino de línguas adicionais na Comunidade Europeia (CE), segundo Bernabé e Fernández Mateos (2013), fez com que muitos países europeus assumissem novas políticas de educação no tocante ao ensino de línguas estrangeiras. Frente a esses resultados e pressionados pela globalização, algumas comunidades autônomas espanholas propuseram novas políticas educacionais que culminaram com a proposta de programas de educação bilíngue. Dessa forma,

essas comunidades (e várias outras na Europa) começaram a usar a abordagem interdisciplinar e plurilinguística.

As universidades, de fato, passaram a desempenhar um papel central na sociedade do conhecimento, sendo a base da formação de quadros para a consolidação dos países e desenvolvimento da pesquisa que sustenta a sociedade. Mesmo que o cenário universitário seja heterogêneo, com instituições de ensino superior (IES) de tamanhos e vocações diferentes, um interesse comum se destaca: a internacionalização da educação superior (ATHAYDE; BARBOSA, 2019).

2. O INGLÊS EM MEIO À GLOBALIZAÇÃO E À INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

O “valor da língua” é colocado em debates políticos sobre o ensino de línguas estrangeiras. Isso significa que, quanto mais uma língua tem de “valioso”, mais razão existe para inscrevê-la em programas públicos. É desse raciocínio que partem as recentes recomendações sobre o caráter obrigatório do ensino do Inglês.

Chiswick (1999) destaca que é fundamental analisar a chamada dinâmica das línguas. As decisões tomadas em matéria de ensino das línguas estrangeiras nos sistemas educativos participam desta dinâmica: ensinar tal ou tal língua e contribuir para a sua divulgação e a sua legitimidade cultural, política e social. Por outro lado, essa divulgação consolida os estímulos do saber, e o processo é reforçado pelo efeito de legitimação. É importante levar em consideração o fato de que as decisões tomadas por outros Estados são confrontadas com o mesmo problema, e que as suas decisões participam também desta dinâmica e contribuem para influenciá-la. Em outras palavras, os critérios de decisão, em política de ensino das línguas estrangeiras, são influenciados pelas decisões acerca do mesmo tema por outros decisores. A partir desse fato, infere-se que as iniciativas do governo federal brasileiro em políticas de internacionalização do ensino superior foram influenciadas por uma tendência global, ou seja, influenciadas por iniciativas semelhantes de outros países. Indo além, pode-se inferir que, de acordo com a dinâmica das línguas, abordada por Chiswick (1999), talvez dentro de algumas décadas, as políticas públicas estejam voltadas para o ensino de outra língua que não seja o Inglês, pela sua influência e valor global.

Indubitavelmente, no cenário atual o Inglês é a língua mais falada no mundo, tanto por nativos como por não nativos, conferindo-lhe uma característica peculiar entre as línguas existentes. Uma “língua internacional” é aquela usada por pessoas de diferentes países para se comunicarem, não necessariamente com falantes nativos, o que representa muito bem a realidade da Língua Inglesa (MCKAY, 2002).

A Língua Inglesa é caracterizada por alguns como língua internacional e, por outros, como língua franca. Mais relevante do que a denominação e a diferença entre esses termos é o que ela significa. Canagarajah (2005) destaca que a Língua Inglesa é mais utilizada hoje em contextos multilíngues, onde a interação acontece principalmente entre falantes não nativos em sua terra natal. Isso significa, de acordo com o autor, que a Língua Inglesa já não mais pertence a um povo específico, mas é propriedade de todos os que a utilizam, em nível global.

Nesse sentido, para que uma língua absorva o caráter de língua global, algumas condições são necessárias: primeiramente, é necessário que ela seja estabelecida em um número expressivo de países como uma língua oficial e, segundo, que os governos de outras nações deem atenção especial a ela e criem as condições necessárias para que, obrigatoriamente, seja ensinada como língua estrangeira. É possível verificar essa realidade em muitas ex-colônias de países falantes da Língua Inglesa que a adotam como uma de suas línguas oficiais, bem como em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, onde o Inglês tem caráter de língua estrangeira (MCKAY, 2002).

A grande expansão da Língua Inglesa no mundo globalizado, caracterizando-a como língua global ou internacional, torna necessário que sejam repensadas as práticas pedagógicas, levando-se em conta os novos desafios e conflitos que surgem entre o global e o local e entre concepções de ensino que emanam dos países do centro – como, por exemplo Estados Unidos e integrantes do Reino Unido - e as necessidades locais de países cujos nativos aprendem o Inglês como língua internacional, caso do Brasil. É necessário também que se entenda melhor a perspectiva dos alunos, seus anseios, receios e crenças em relação ao papel do Inglês no mundo atual, principalmente quando o assunto são programas de mobilidade acadêmica, a fim de que os objetivos dos referidos programas sejam cumpridos efetivamente e o país tenha retorno benéfico sobre o investimento e suas políticas públicas vinculadas.

A fim de entender melhor o papel que a Língua Inglesa assume atualmente e a sua posição no Brasil e nas diferentes partes do mundo, este estudo considera importante

conhecer a divisão de países proposta por Kachru (1985), em três círculos concêntricos: 1) o “*Inner Circle*”, formado pelos países onde a Língua Inglesa é a língua materna (EUA, Austrália, Canadá e Reino Unido); 2) o “*Outer Circle*”, composto pelos países que adotam a Língua Inglesa como segunda língua em contexto multilíngue (Nigéria, Singapura, Índia, Filipinas) e 3) o “*Expanding Circle*”, que inclui os países onde a Língua Inglesa é ensinada como língua estrangeira (caso do Brasil e da China).

O ensino de Língua Inglesa como língua estrangeira no Brasil, que faz parte do “*Expanding Circle*”, precisa ir além de questões metodológicas, sendo crucial considerar as questões políticas envolvidas (LEFFA, 2005). Além disso, é necessário que os alunos se questionem *como* a língua deveria ser aprendida em vez de se ela deveria ser aprendida. A negociação crítica leva ao empoderamento, mas a decisão por não aprender o idioma, como uma atitude de repulsa ao que ele pode representar, resulta na exclusão do indivíduo (CANAGARAJAH, 1999). Hoje, sabe-se que não dominar a Língua Inglesa é critério de exclusão, podendo ser citado como exemplo prático da realidade brasileira o grande número de bolsas do Programa Ciência Sem Fronteiras que foram disponibilizadas no período 2011-2015, mas não ocupadas por falta de proficiência de candidatos em Inglês. A Língua Inglesa é, portanto, um critério considerado como base para que o objetivo maior - políticas públicas de internacionalização do ensino superior - seja alcançado (ATHAYDE; BARBOSA, 2019).

Em um mundo em que a maior parte da informação é transmitida em Inglês e por meio de cliques, ser alfabetizado digital e proficiente em Inglês são passaportes para acesso à informação. O papel do Inglês deixou de ser o de apenas uma língua estrangeira no currículo escolar e passou a ser uma língua internacional, instrumental e a língua oficial da educação superior (FINARDI; PREBIANCA; MOMM, 2013).

De acordo com Canagarajah (2005), é preciso que sejam evitados os extremos tradicionais de rejeitar a Língua Inglesa, por seu imperialismo linguístico, ou simplesmente aceitá-la, pelos benefícios econômicos, profissionais e mercadológicos. Ele propõe uma terceira opção, segundo a qual é fundamental o desenvolvimento de estratégias que explorem diferenças interculturais. Nesse sentido, destaca-se que as políticas públicas do governo brasileiro voltadas para essa área, por meio do Programa Ciência Sem Fronteiras e do Inglês Sem Fronteiras, por exemplo, ainda deixam a desejar no tocante ao foco que se deve ter nas diferenças culturais às quais os estudantes brasileiros estarão submetidos durante a sua experiência no exterior. Tendo como base

o exposto pelo autor, infere-se que não basta ao acadêmico dominar a Língua Inglesa para que a sua experiência no exterior seja bem-sucedida e os objetivos do programa cumpridos. As diferenças culturais têm o seu lugar e precisam ser levadas em consideração nessas e em outras políticas públicas voltadas para a internacionalização no Brasil, até mesmo antes que o intercâmbio aconteça, isto é, durante o próprio aprendizado da língua.

3. BENEFÍCIOS E DEFICIÊNCIAS DAS INICIATIVAS DO GOVERNO BRASILEIRO QUANTO À INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

O Programa Ciência sem Fronteiras, com a oferta de bolsas de mobilidade no exterior para estudantes e docentes, contribuiu para a internacionalização de parte das instituições de ensino superior no Brasil. A visibilidade internacional obtida poderá ser aproveitada para se construir parcerias que contribuam para o processo de internacionalização de cada instituição, levando em conta seus objetivos e vocações. É importante reconhecer que tanto as grandes IES brasileiras - em que a pesquisa atua como motor de desenvolvimento e nas quais o processo de internacionalização já é mais desenvolvido - como as IES menores, podem e devem se beneficiar das oportunidades trazidas pela internacionalização (ATHAYDE; BARBOSA, 2019; FREIRE, 2017).

Entretanto, essa experiência recente no Brasil de internacionalização do ensino superior, apesar de apresentar benefícios já concretizados e potenciais, também aponta deficiências que precisam ser solucionadas, relacionadas à Língua Inglesa e a questões infraestruturais. Em 2011, quando o Governo Federal lançou o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), com o objetivo de enviar 100.000 estudantes ao exterior, a falta de estrutura adequada para tratar da mobilidade de estudantes – uma das principais atividades do processo de internacionalização das IES – expôs uma grande lacuna ainda existente no país. Poucas instituições contavam com um escritório internacional estabelecido, com dotação orçamentária e recursos humanos bem capacitados para desenvolver suas atividades. Muitas instituições tiveram que rapidamente se adequar e criar escritórios de relações internacionais, tanto para operar as atividades associadas ao programa CsF, como para acolher as inúmeras delegações de IES estrangeiras que passaram a vir cada vez mais ao Brasil, em busca de parcerias e de alunos. Desse modo,

pode-se dizer que este programa, ao mesmo tempo em que foi um grande catalisador, também ressaltou o problema da falta de estrutura e, sobretudo, a enorme importância do papel da Língua Inglesa na internacionalização da educação superior no atual cenário internacional (ATHAYDE; BARBOSA, 2019; FREIRE, 2017).

O Programa Ciência sem Fronteiras pode ser classificado como um programa de mobilidade acadêmica na esfera OUT (estudantes brasileiros estudando fora do país) e o motivo da baixa adesão dos brasileiros às bolsas ofertadas pelo referido programa se deve, essencialmente, à falta de proficiência na Língua Inglesa. Objetivando suprir essa deficiência identificada no processo de internacionalização do ensino superior no Brasil, o governo federal lançou no ano de 2012 o Programa Inglês sem Fronteiras, que tem como princípio suprir uma deficiência histórica no ensino de Inglês, capacitando estudantes universitários brasileiros para o uso do Inglês para fins acadêmicos (ATHAYDE; BARBOSA, 2019; PINHEIRO; FINARDI, 2014).

O processo de internacionalização de uma universidade pública e outra privada no sudeste do Brasil foi analisado por Finardi e Ortiz (2014), também chegando-se à conclusão de que o maior impeditivo para a internacionalização do ensino superior nas duas universidades estudadas foi a baixa proficiência em Inglês, que dificulta tanto a mobilidade acadêmica para o exterior - como no exemplo do Programa Ciência sem Fronteiras - quanto a recepção de acadêmicos estrangeiros nas instituições de ensino superior brasileiras.

Em meio aos benefícios já concretizados e potenciais da internacionalização do ensino superior no Brasil e às lacunas ainda existentes relacionadas à estrutura e Língua Inglesa, Freire (2017) ressalta que é necessário ir além da questão da mobilidade, além do que se conhece tradicionalmente como internacionalização. Outras ações devem ser efetivamente abordadas pelas IES brasileiras. A chamada “Internacionalização em Casa” (*Internationalization at Home*) envolve o desenvolvimento de atividades internacionais no campus, voltando-se para aqueles que não têm a oportunidade de ir ao exterior. A “Internacionalização do Currículo” prevê, dentre outras atividades, a inclusão de componentes internacionais nos currículos dos cursos, o ensino de línguas estrangeiras - principalmente o Inglês - e o aumento da presença de estudantes e professores estrangeiros - que passa pela oferta de disciplinas em Inglês - são algumas das ações interessantes que podem ser desenvolvidas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo abordou o importante papel da Língua Inglesa nas políticas públicas recentes de internacionalização do ensino superior no Brasil. Na era da globalização, o Inglês tem importância crucial para que programas de mobilidade acadêmica sejam bem-sucedidos e tragam retorno positivo para o desenvolvimento do país fomentador. Além do ensino da Língua Inglesa em sua forma pura - ainda deficiente no Brasil - o artigo destacou que o ensino deva ser mais pragmático, no sentido de preparar o aluno para a interação com outras culturas, e também voltado à valorização da identidade cultural do estudante. Por fim, o estudo levantou sugestões de iniciativas que vão além da mobilidade acadêmica e que podem ser usadas pelas instituições brasileiras de educação superior para fortalecer seu processo de internacionalização: a internacionalização em casa (*internationalization at home*) e internacionalização do currículo.

As visões aqui citadas são apenas parte da vastidão de interpretações publicadas mundialmente a respeito do assunto, a exemplo da análise apurada realizada por Athayde e Barbosa (2019) quanto ao Programa Ciência sem Fronteiras, maior iniciativa de internacionalização do ensino superior no Brasil até então. Limitações impedem que se faça jus a todas elas, todavia, como toda produção acadêmica deve ser vista como parte de um ciclo de aprendizado contínuo, não linear, envolto em curiosidade e criticidade, situado num contexto sociocultural pertinente, encerra-se este artigo esperando ter contribuído para que outras discussões possam ser derivadas dessa exposição.

5. REFERÊNCIAS

ATHAYDE, A.L.M.; BARBOSA, T.R.C.G. Avaliação de programas governamentais: Ciência sem Fronteiras em foco. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 30, n. 73, 2019.

BERNABÉ, M.M.; FERNÁNDEZ MATEOS, L.M. The Effects of CLIL from the Perspective of In-service Teachers in Salamanca. **Educación e Formación**, n. 8, 2013.

CANAGARAJAH, A.S. **Resisting linguistic imperialism in English teaching**. Oxford: Oxford University Press, 1999.